

A CRIAÇÃO DE COLETIVOS PEDAGÓGICOS: UMA FORMAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO ATRAVÉS DE UMA ESTRATÉGIA DE ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO RURAL SUPERANDO IDÉIAS CONSERVADORAS E INDIVIDUALISTAS

Fabio Blanc – UERJ
fabio Blanc@bol.com.br

Resumo: O presente estudo é parte de uma pesquisa que procurou discutir a Educação do Campo, em especial, a proposta educacional do MST. Focalizamos nossos estudos na gestão e organização da Escola Agrícola 25 de Maio, localizada em Fraiburgo–SC. A escola possui um projeto de formação profissional que prioriza a coletividade, a autonomia e a emancipação camponesa. Esse modelo de gestão pode ser observado de modo mais explícito no curso Técnico em Agroecologia oferecido pela escola, onde coletivos pedagógicos são organizados a fim de proporcionar a autoformação de alunos e professores permanentemente.

Palavras-chave: Gestão escolar; Educação do campo; Formação técnica.

INTRODUÇÃO

A Escola Agrícola 25 de Maio foi oficializada em 1989 por iniciativa da comunidade assentada, recebendo poucas considerações da esfera do poder local e do Estado. Oferece à comunidade educação integral e profissionalizante, e tem no curso técnico em Agroecologia um fator fundamental para a sustentabilidade dos assentamentos por meio da produção agroecológica.

A Escola está localizada em área de assentamento de Reforma Agrária, na região meio-oeste de Santa Catarina, no assentamento Vitória da Conquista no município de Fraiburgo, e possui estreita relação com o MST.

A ideologia do paradigma técnico-científico conduzido desde a Revolução Verde desqualifica entre os próprios camponeses a sua vocação enquanto portadores e geradores de técnicas agrícolas, reservando à comunidade científica o monopólio do processo de geração do conhecimento técnico na agricultura.

Atualmente, há um intenso debate sobre os impactos sócio-ambientais que as novas tecnologias impõem ao campo, trazendo novas discussões sobre a relação educação e trabalho. Nesse sentido, apontaremos a formação profissional no curso Técnico em Agropecuária com ênfase em Agroecologia, e seus reflexos socioeconômicos nos assentamentos da região.

Com esforço e mobilização da comunidade assentada, a Escola Agrícola 25 de Maio vem sendo estruturada a partir da iniciativa da comunidade assentada. Apesar das dificuldades enfrentadas desde sua implantação, a escola promove com esforço a mobilização da comunidade assentada para a superação dos desafios. Em períodos de intensos conflitos, a escola sempre contou com a representatividade de pais, lideranças comunitárias, professores e estudantes no Conselho Escolar¹.

“O Curso Técnico em Agropecuária com Ênfase em Agroecologia está sendo desenvolvido no estado de Santa Catarina, desde 2005. (...) Por ser um curso vinculado ao PRONERA, ele envolve a Superintendência Regional do INCRA, a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e o MST. Além desses parceiros, a rede sócio-técnica de formação envolve a escola agrícola 25 de Maio, a rede pública de ensino do estado de Santa Catarina.”. (FREITAS, 2006)

O curso técnico de nível médio em agroecologia da escola é ministrado na modalidade de Educação Profissional Integrada (Ensino Médio e Formação Técnica). Os cursos técnicos de nível médio têm como concepção o trabalho como princípio educativo, como mediador de primeira ordem na produção de existência humana. A ciência e tecnologia, e a cultura, sendo os princípios fundamentais na construção de sentido do processo educativo político, ético e técnico do MST.

O ensino técnico integrado, instituído por lei pelo decreto nº 5154/05, possibilita dentro do limite de mudanças do que pode a Educação negar a dualidade do ensino promovida pela sociedade de classes. A escola investigada, através do ensino integrado garante não só a elevação da escolaridade, como também que o trabalho no campo seja entendido no âmbito da sociedade em que ele se insere.

No currículo do curso técnico, essa busca se revela na articulação entre disciplinas da chamada formação geral com as técnicas. Desse modo, por exemplo, ao se discutir o

¹ O Conselho tem lugar de destaque na vida escolar. Ele cumpre a tarefa de articular a escola junto aos núcleos de base dos assentamentos, e também é responsável pelo planejamento e pela execução das ações realizadas na escola. O Conselho tem um papel importante, na medida em que define os princípios da escola e acompanha a inserção dos educadores no coletivo, muitas vezes contribuindo para o seu processo de formação política. (MOHR, 2005)

agronegócio, suas práticas e técnicas nocivas em disciplinas como a Geografia, são debatidas a ideologia e a materialidade dessa prática, as relações de produção capitalista e a inserção dos trabalhadores rurais nessas relações, ou seja, sob a perspectiva das classes sociais. Ao mesmo tempo as disciplinas podem discutir os efeitos do agronegócio que são nocivos ao homem e ao lugar que ele constrói.

Há que se ressaltar a diferença do trabalho como princípio educativo do trabalho e como princípio pedagógico:

“O trabalho como princípio educativo, então, não é, primeiro e sobretudo, uma técnica didática ou metodológica no processo de aprendizagem, mas um princípio ético-político. Realçamos este aspecto, pois é freqüente reduzir o trabalho como princípio educativo à idéia didática ou pedagógica do ‘aprender fazendo.’”
(FRIGOTTO, 2005)

Nem todo trabalho dignifica. O cultivo agrícola e a conquista da consciência na vivência do homem do campo se dão pelo trabalho de transformação sobre a natureza, sendo essa a atividade fundamental na qual o ser humano se humaniza, se configura e se aperfeiçoa. O trabalho é a manifestação de vida, da inspiração humana de refletir, ter idéias para criar, e assim transformar o espaço e a partir disso humanizá-lo para o convívio coletivo e solidário. Diante disso, em orientação diametralmente contrária ao trabalho nas suas formas históricas de condicionamento, de sujeição e de exploração em que é submetido, o trabalhador moderno é levado pela alienação imposta à sociedade capitalista. Em que a relação do ser humano no e com seu trabalho são maquímicos que o atrofiam e assim o levam à barbárie.

Do ponto de vista educativo, o trabalho é pensado de um modo em que o sujeito não seja mercadoria, mas, o mercado seja uma dimensão da sociedade. Deste modo, pensar o trabalho em outra conjuntura social-espacial, no qual o trabalhador cultive coletivamente a partir de novas relações sociais, em que a partir dessa semente brote um projeto de homem novo. Trata-se de opor-se a uma visão reducionista, utilitarista, atrofadora e, essencialmente, restritiva de formação humana.

A educação vislumbrada pelo MST entende ser o “trabalho como princípio educativo” uma chamada que pode tanto interessar aos trabalhadores quanto à burguesia. A burguesia também propõe formação para o trabalho, mas de um modo estreito, unilateral e voltado para atender às demandas do capital. A educação profissional, compreendida em seu sentido estrito, de apenas habilitar para a execução de tarefas específicas, é a expressão imediata e conjuntural dessa relação. A respeito da Ciência e Tecnologia, o projeto da Educação do Campo concebido pelo MST afirma que as bases da Ciência e da Tecnologia podem servir para projetos distintos de sociedade, indicando assim a não neutralidade da técnica, da ciência e da tecnologia.

Neste sentido, o projeto do curso técnico da escola foi elaborado para que os alunos possam ter acesso à teoria e prática sobre a agroecologia para que auxiliem seus pais em seus lotes e conseqüentemente à toda comunidade. Este tema possui grande relevância principalmente por ser uma proposta coletiva e por apresentar a abordagem de conceitos importantes para a realidade do campo, desencadeando ações como a cooperação, o cuidado com o ambiente, valorização do espaço rural e a solidariedade.

Assim, implementam-se alternativas de produção agropecuária que possam expandir-se além do espaço escolar. Partindo do pressuposto de que o homem internaliza, constrói e reconstrói conhecimentos através do trabalho, o projeto de agroecologia da escola busca ser um elemento articulador entre as diversas áreas do conhecimento para o pleno desenvolvimento de responsabilidade, autogestão e a disseminação dos ideais do cooperativismo.

A proposta inicial do curso é de que os estudantes possam estar vivenciando os conceitos não somente de forma teórica, mas também no cotidiano, desde as primeiras etapas do curso. Ou seja, espera-se que os jovens estejam dispostos à mudança já no período de formação, e não apenas após a conclusão do curso.

Durante as entrevistas foi percebido que os estudantes da fase inicial do curso chegam com uma visão ainda estreita, e de encantamento com a vida urbana. Na maioria das vezes são os pais que os influenciam a ingressar no curso. Os alunos do terceiro ano, na fase final do curso, estão bem mais articulados nas idéias de classe, desmistificando algumas questões alienantes, e em sua maioria demonstram uma animação para produzir da forma em que foi aprendido no curso.

Assim, muitas práticas e experiências estão sendo desenvolvidas durante o processo educativo, quer seja durante o tempo escola, ou no tempo comunidade que veremos adiante. Estas atividades possuem um caráter educativo no sentido de desenvolver os conhecimentos e conceitos tratados teoricamente, mas outro aspecto fundamental é que promovem o reconhecimento da viabilidade da agroecologia, não só por parte dos estudantes, mas também das famílias.

A escola, em seu projeto pedagógico, tem colocado como foco a formação humana em sua totalidade, e pretende que o currículo seja construído de forma integrada. Para tanto, as disciplinas, projetos e oficinas devem estar em sintonia com a proposta do curso. Nesse sentido, a formação agroecológica insere-se em uma perspectiva de formação da cidadania plena, trabalhando não só a relação dos grupos locais e os recursos naturais, mas também com sentimento de pertencimento do lugar, a relação do homem com seu espaço. Isso possibilita uma ampliação da consciência ecológica dos cidadãos para uma escala local e global.

O curso tem seu foco na produção agroecológica, entendendo que o modelo tradicional de produção está esgotado. Embora tenha aumentado à produção de algumas culturas, o padrão moderno vem acarretando deteriorações ambientais, culturais e socioeconômicas do espaço rural. Nos últimos anos, o modelo de produção tradicional tem sido responsável pela concentração de renda, desenvolvimento e ampliação de tecnologias baseadas na utilização de insumos que demandam altos investimentos e a desestruturação das pequenas propriedades familiares que levaram e, ainda hoje levam milhares de famílias a abandonar suas comunidades rumo às cidades.

Diante disso, a proposta é expandir uma nova concepção da agricultura familiar focada no desenvolvimento local, nos conhecimentos sobre as principais cadeias produtivas e as alternativas de produção e comercialização de produtos agroecológicos. *“Nós lutamos para viabilizar a permanência do homem no campo e promover a agricultura camponesa, enquanto setor produtivo e economicamente ativo no país e isso passa necessariamente pelo acesso à formação, educação e mudança da matriz produtiva”*, diz o professor Matheus Mohr sobre o curso.

Nesse sentido, há o debate em torno da formulação de estratégias de trabalho que possibilitem resultados consistentes em termos da construção de um novo modelo de

desenvolvimento agrícola para o Brasil. A promoção do desenvolvimento local a partir dos assentamentos em que a agroecologia e o modelo de cooperativas sejam os instrumentos de renda para essa população, tem sido a questão desafiadora para o MST, que está envolvido nas perspectivas de desenvolvimento de modelo camponês, sendo implementado em todo território brasileiro.

A estratégia de desenvolvimento local com enfoque na agroecologia reflete uma preocupação do Movimento em prosseguir com os mecanismos de permanência do homem na terra. Essas questões apontam para o desenvolvimento local como uma tática para os praticantes da agroecologia. Essa escolha indica a agroecologia como uma temática trabalhada também com a finalidade de desenvolvimento local, proporcionando a ampliação da cidadania como foco da luta contra a exclusão social no campo.

Essas estratégias têm gerado muitas reflexões entre professores e alunos da escola, no sentido de avançar na análise dos diversos aspectos que compõem o desenvolvimento local. Temas como poder local, políticas públicas, identidades locais e sustentabilidade, são conceitos centrais para a análise e o planejamento do desenvolvimento local em uma perspectiva do modelo camponês defendido pelo MST e conseqüentemente levantados nas aulas do curso.

Além disso, devemos observar que a educação é um direito que deve ser reproduzido por intermédio da esfera pública. Portanto, é fundamental que do ponto de vista econômico, a expansão educacional torne-se essencial para fomentar o crescimento econômico e reduzir a desigualdade e a pobreza.

Desta forma, inserir o conceito de agroecologia desenvolvido na Escola Agrícola, os experimentos desenvolvidos a partir dessa técnica, e refletir sobre a importância da agroecologia como matriz tecnológica de produção, fazem parte das propostas pedagógicas defendidas pela Educação do Campo. Construir um projeto popular para a consolidação da agroecologia no Brasil é uma realidade que se expande a cada ano no Brasil e no mundo, se contrapondo ao modelo tradicional latifundiarista, monocultor e dependente dos agrotóxicos comprovadamente danosos ao meio ambiente e à saúde humana.

Nesse sentido, os movimentos sociais, o MST e as universidades estão buscando a implementação de um modelo de produção agrícola sustentável. A agroecologia representa um conjunto de técnicas e conceitos que surgiram na década de 1990 e propõe a produção

de alimentos mais saudáveis e naturais, tendo como princípio básico o uso racional dos recursos naturais.

A agroecologia não se constitui como um modelo, mas como um processo de construção que deve ser praticado de acordo com as características geomorfológicas, pedológicas, geológicas, climáticas, socioeconômicas e culturais de cada local, necessitando de formação de profissionais que atendam a cada área de assentamento, direcionando as práticas e as pesquisas agrícolas para o sistema agroecológico.

O conceito foi ganhando visibilidade e consistência na ciência contemporânea. Deste modo, a agroecologia é considerada como uma ciência emergente, orientada por uma nova base epistemológica e metodológica. Essa formulação foi inspirada no funcionamento dos ecossistemas naturais, no manejo tradicional da terra e nos avanços do conhecimento científico.

O curso técnico em agroecologia conjuga conhecimentos de diversas outras ciências, como a Agronomia, a Zootecnia, a Ecologia, a Sociologia e a Economia, com os saberes locais e a cultura popular no manejo da terra para um desenvolvimento local sustentável, respeitando as culturas locais, e preocupando-se com o ambiente e a interação com o ser humano.

Nesse sentido, percebemos que há uma mudança no rumo da sociedade, em que antigos valores e atitudes se desfazem, lenta, porém progressivamente, rompendo com a realidade agrária tradicional, que diante do modelo de desenvolvimento que vem exaurindo o meio ambiente e a saúde em prol da agroexportação, configura-se a expansão da fronteira agrícola em uma velocidade em escala sem precedentes, deixando um rastro de desmatamento.

Com isso, os recursos naturais se escasseiam, gerando impactos negativos na qualidade de vida da população. Os atuais meios de produção e de consumo representam o eixo de sustentação do atual modelo de produção agrícola. Tendo como objetivo a maximização dos lucros e entendendo a natureza apenas como fonte de matéria-prima e energia. A necessidade de maior produtividade da área cultivada obriga a mecanização progressiva da agricultura onde a monocultura é implantada, quase sempre em associação com técnicas inadequadas de manejo do solo, o desequilíbrio ecológico se faz presente, com o uso excessivo de fertilizantes e agrotóxicos.

Diante disso, a experiência da Escola Agrícola 25 de Maio tem se estabelecido em um diferencial, com a participação e inserção da comunidade assentada nos processos de constituição da escola, e de lideranças do MST. Principalmente pelas ações de mobilização e pressão perante os trâmites burocráticos impostos pelos órgãos públicos, considera-se ainda, o esforço empreendido pela comunidade assentada na busca de alternativas que viabilizassem a continuidade do projeto, muitas vezes assumindo responsabilidades que seriam de competência do Estado.

A escola, portanto, se mantém viva no cotidiano dos assentados e aponta na direção de alternativas para sua permanência, mantendo um estreito relacionamento com o contexto sóciopolítico frente às contradições, conflitos, e limites socioeconômicos da comunidade. Assim, a ação local cria a base de sustentação da luta e resistência, justificando a própria existência do lugar. A constante reflexão, local e global, possibilita a permanente visão da totalidade, sempre em movimento, fundamental à construção de campos de conexão.

O COOPERATIVISMO NA FORMAÇÃO SOLIDÁRIA

A cooperativa agrícola desenvolvida pelo MST para os assentamentos de Fraiburgo, foi um processo que surgiu da necessidade concreta dos assentados de resistirem na terra, com os valores cooperativos de ajuda mútua, equidade e solidariedade na busca de alternativas socialistas e democráticas ao modo de produção. Visando superar o trabalho individual no campo, o MST propõe o trabalho coletivo, pois com essa forma de organização do trabalho espera-se a diminuição da desigualdade e da miséria resultante da exploração social e expropriação da terra.

As cooperativas construídas nos assentamentos do MST buscam desenvolver alternativas em que a cooperação seja o centro da organização fortalecendo os assentamentos em termos econômicos e políticos, mantendo a coesão entre os assentados e o Movimento. Concordamos com Vendramini quando diz: *“É intrigante investigar o que a cooperativa possibilita em termos de organização e formação dos trabalhadores. Ou seja, como o trabalho cooperativo e coletivo, que se materializa nos assentamentos na forma de cooperativas, pode ser a base para a mudança e a criatividade”* (2002)

Existe a compreensão de que romper com o sistema do capital por meio da cooperação seja algo inatingível, uma vez que a reprodução da vida no momento atual

depende das relações mercantis que seguem suas leis e imperativos. Acreditar que o capitalismo pode ser superado a partir de experiências isoladas é, no mínimo, uma ingenuidade.

Se o trabalho for compreendido como a interação entre natureza e o homem que busca sua sobrevivência, é a aplicação da energia do homem para o bem da humanidade. Nesta perspectiva, o trabalho, em última instância, faz parte da própria natureza humana. Porém, com as transformações no modo de organização social, ocorreu uma divisão social que atuou na subordinação estrutural do trabalho ao capital, o que teria gerado o sistema de metabolismo social do capital (*MÉSZÁROS, 2002*). Segundo esta perspectiva, o trabalho alienado e hierarquizado causa sofrimento, porque está distante das necessidades imediatas dos indivíduos. No entanto, observamos que o MST conhece e compreende os limites de tais ações.

Essa conflituosa relação entre produção, resistência e mercado está aparente na afirmação de que o trabalho na atualidade é fonte de exploração, miséria e alienação. Ao lutar pelo trabalho esta contradição é encarada pelo MST, porque o Sem Terra está na sociedade capitalista, exposto às relações de mercado. Nesse sentido, a Escola Agrícola tem buscado desenvolver nos alunos a responsabilidade de construir outras bases para a produção agrícola, e outra forma de sociedade, ensaiando assim novas relações. Portanto também pretende anunciar outra forma de trabalho, o cooperativo.

A relação entre trabalho e formação profissional tem destacado este ponto, e frente ao contexto em que iniciativas econômicas populares representam uma resposta da sociedade civil contra os mecanismos de exclusão e de exploração da força de trabalho, a formação técnica da escola coloca-se como uma tentativa dos trabalhadores se libertarem das condições de exploração e de miséria impostas pelo capitalismo.

É importante percebermos que este modelo tem reflexo na formação profissional e nos desafios que os trabalhadores enfrentam na sociedade, com a precarização das relações de trabalho, sendo agravada com o desemprego. Essa formação no caso do MST se dá nos processos de luta pelo acesso à terra e organização do trabalho coletivo. Nesse sentido, a Educação do Campo, o trabalho e a produção agroecológica são compreendidos como indissolúveis dentro do Movimento, como categorias que se articulam como formas de expressão da produção social da existência humana.

Assim, pensar a Educação do Campo e o trabalho é pensar a educação na perspectiva da luta emancipatória, a fim de produzir insubordinação, rebeldia. Essas características são conquistadas com a interpretação crítica dos fenômenos econômicos e o reconhecimento da alienação. Para isso, concordando com Mészáros, *romper com a lógica do capital*, para realmente vislumbrarmos uma alternativa contra hegemônica. “*Apenas a mais consciente das ações coletivas poderá livrá-los dessa grave e paralisante situação.*” (2006 p.45)

Ainda em Mészáros, acreditamos que uma ampla concepção de educação possa auxiliar nos objetivos de uma verdadeira mudança radical, que produzirá alternativas que pressionem o rompimento da lógica mistificadora do capital.

“Portanto, o papel da educação é soberano, tanto para a elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como para a automudança consciente dos indivíduos chamados a concretizar a ação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente.” (2006, p. 65)

A mercantilização da educação faz da escola uma mera incubadora de empresas para o mercado de trabalho. Na Escola Agrícola 25 de Maio a educação da classe trabalhadora é concebida como parte do processo revolucionário, estando esta plantada nas idéias de produção da existência dos sujeitos sociais. Nesta compreensão, educação e trabalho assumem características de produção social da existência humana, pois reconhecemos que é pelo trabalho que a espécie humana se produz.

“O ser humano se contrapõe e se afirma como sujeito num movimento e ação teleológica sobre a realidade objetiva. Modificando a realidade que o circunda, modifica-se a si mesmo. Produz objetos e, paralelamente, altera sua própria maneira de estar na realidade objetiva e de percebê-la.” (FRIGOTTO, 1998, p. 29)

Trata-se de romper com o círculo vicioso entre a miséria e a ignorância, a partir de uma formação técnica profissional que contribua para o desenvolvimento de sujeitos autônomos e solidários. De igual modo, à formação crítica que leve em conta a dialética das relações entre as classes, dominante e trabalhadora, que possibilite a resistência e a ação contra hegemônica, pois a proposta do curso fundamenta-se no desenvolvimento da criatividade e estimula a reflexão e a ação dos homens sobre a realidade.

A emancipação humana como um dos constituintes da Educação do Campo requer explicitar as idéias em torno do projeto de libertação humana, que se inscreve na perspectiva do materialismo histórico e dialético. Sendo a liberdade uma luta pela humanização contra a coisificação, em que na sociedade capitalista o poder do dinheiro determina o valor das pessoas, o homem é cogitado a partir da produção e do consumo. Assim, ele é coisificado. Embriagado na ideologia capitalista vai se tornando embrutecido, desprovido de qualquer sentido, que nada respeita, não crê em nada e nada reconhece. O culto ao individualismo vem buscando desqualificar todas as perspectivas coletivas através do argumento de que existem novas demandas sociais no mercado, que subordina o homem aos trâmites da circulação de capitais.

A formação desta nova condição humana emancipatória está na base de uma formação crítica, observando o processo de luta para essa transformação. Esta concepção política está na idéia de construção de novos homens, rompendo com o individualismo e com as justificativas reformistas.

É possível dizer que o Movimento é hoje um agente provocador de intensas discussões na área de educação. A partir de contatos mais estreitos, percebe-se a relação entre teoria e prática nos Encontros, Seminários e Congressos salientando o debate em torno da Educação no Campo, reflexões que vem provocando modificações nas políticas públicas de educação.

CONCLUSÃO

No cenário econômico atual nos deparamos não apenas com trabalhadores rurais, mas com diversos grupos sociais sofrendo com os reflexos da crise financeira,

principalmente no universo da produção de alimentos. A falta de investimentos e incentivos governamentais está “muito além das porteiras” e influencia não somente os agricultores, ou diretamente a atividade agrícola, mas toda a sociedade, já que o setor primário movimenta-se com a indústria e o comércio.

Nos países em desenvolvimento a população mais pobre gasta a maior parte de sua renda em alimentos, com os preços altos há o estopim para manifestações populares em todo o mundo. Grandes corporações financeiras ligadas a governos estão atrelando os preços da energia, matéria-prima, indústria e alimentos, fatores que elevam o preço da cesta básica.

No entanto, na sociedade atual fundada na propriedade privada e no capital, o trabalhador rural assume outra dimensão. Conforme Marx, no capitalismo, o trabalho é fonte de valorização do capital, volta-se contra o trabalhador e o desumaniza. A força de trabalho torna-se mercadoria, e o trabalhador se torna alienado.

Diante disso, são levantadas diversas bandeiras de luta que ora se cruzam e ora se opõem. Luta-se pela Educação do Campo, mas não por uma educação utilitária à ordem vigente. Luta-se por um tipo de educação que negue os processos de exploração, mas que ao mesmo tempo viabilize a formação crítica para uma democracia efetivamente participativa, e também possibilite uma formação técnica agropecuária que seja usada para o desenvolvimento da produção de alimentos.

Nesse sentido, a escola agrícola é compreendida pela comunidade como um local de troca e construção de conhecimentos entre os participantes:

“Não como algo estanque ou pronto, mas em movimento, visando a qualificação e melhores condições para a permanência no campo, através do entendimento, troca e construção de técnicas agropecuárias adequadas que permitam a manutenção do camponês na terra conquistada”.(ROESLER, 2006).

Segundo entrevistas feitas com professores, a Escola Agrícola 25 de Maio tem amadurecido uma série de questões com relação às intervenções dos trabalhadores nos

assentamentos conquistados, estabelecendo em seu projeto político diversas orientações que advertem sobre a importância de que os camponeses utilizem-se da educação agroecológica, para que além de estarem na terra possam permanecer nela dignamente.

Seguindo essa perspectiva, a Escola Agrícola 25 de Maio vem desenvolvendo o compromisso de ser do campo, podendo ter componentes curriculares diferenciados, no entanto, não sendo ligados a uma visão produtivista. Deste modo, nos espaços que antes eram consagrados à simples execução de tarefas mecânicas, repetitivas, como por exemplo, o simples plantio de uma pequena horta, hoje são desenvolvidos conceitos e práticas de agroecologia, além da experimentação cada vez mais elaborada dos princípios do cooperativismo.

Como a aprendizagem ocorre através do que é significativo para o estudante, o currículo do curso técnico possui uma estratégia de ensino onde o estudante é co-responsável pelo seu processo de aprendizagem. Na perspectiva de um profissional com uma formação harmônica, em que as questões sociais, ambientais, econômicas, políticas e culturais, não somente fazem parte de uma grade curricular, mas de projetos em que a escola e a comunidade sejam os atores de um processo educacional, pois nesse sentido que se consolida o projeto político pedagógico do curso técnico em agroecologia.

O método de alternância, tempo escola e tempo comunidade, tem se encaixado muito bem neste aspecto, pois os estudantes, aperfeiçoam teoria e práticas discutindo com os pais os conhecimentos da agroecologia apreendidos no curso:

“Um aspecto que dá continuidade à vivência da escola são os trabalhos do tempo comunidade, realizados em grupo. Tive oportunidade de acompanhar alguns educandos em seu TC e constatei que a troca de conhecimentos entre eles contribui muito. Constroem uma vivência parecida com a da escola, nas suas propriedades, reforçando cada vez mais o espírito coletivo e de cooperação.” (ROESLER, 2006)

Os coordenadores do curso fazem visitas às comunidades de origem dos estudantes quando estes se encontram no tempo comunidade e conseguem perceber o esforço para realizarem os trabalhos do curso.

“Durante o Tempo Comunidade, ao longo de cada ano, dos três que compõe o curso técnico, pode-se conhecer as famílias, suas propriedades, os sistemas de produção adotados, sua história de vida, os anseios e sonhos que depositam no processo de formação de seus filhos, bem como as capacidades individuais e próprias de cada realidade observada, no que diz respeito à necessidade de constituição, de materialidade e concretude em fazer a agroecologia acontecer, a seu tempo, em cada lugar.” (MOHR, 2005)

Nos assentamentos os estudantes, seus familiares e também os coordenadores do Movimento, têm depositado uma grande responsabilidade à Escola Agrícola, principalmente no que diz respeito à resolução dos problemas para os acampamentos e assentamentos da região. Para o MST e para a escola, sem coletivo não há luta. Se o povo não se organizar, não distribuir atribuições e responsabilidades, não haverá condições de vida plena nos acampamentos e assentamentos. As possibilidades de ações conjuntas são muitas e devem ser introduzidas como elemento educativo. O crescimento expressivo do número de assentamentos e acampamentos exigiu um maior esforço por parte das lideranças do Movimento, seja na questão do acompanhamento como na discussão das linhas estratégicas dos setores de educação e produção. O MST propõe a formação técnica e política na base de construção da organicidade, a articulação com outros setores da sociedade, e um novo cooperativismo, fora da lógica do capitalismo, capaz de fazer frente ao neoliberalismo e ao cooperativismo tradicional.

Acreditamos que é extremamente pertinente a concepção educativa no sentido do trabalho enquanto atividade vital para o homem, pois com isso humaniza-se ao invés de embrutecer-se. A Educação do Campo é entendida como processo de transformação social, isto é, interessar-se pelo ser humano real, por seus problemas em comunidade, visando uma

transformação humanizante. Esta concepção do ser humano é uma premissa vital para o fato de ele não ser algo formável, e sim essencialmente um construir-se. Diante disso, a Educação do Campo deve legitimar esta construção que não é puramente teórica ou contemplativa, mais também real e prática.

Para entendermos os processos educacionais, faz-se necessário que os analisemos pelas características estruturais e culturais, pois a população brasileira vive em tempos distintos de acordo com cada região do país e particularmente na velocidade do cotidiano de cada lugar, que com a ausência do Estado provoca uma organização social baseada em relações hierárquicas e autoritárias, pervertendo as esferas pública e privada.

Ao inserir seus integrantes no processo produtivo a Educação do Campo aponta para a construção de novas relações entre os seres humanos e a terra, e, diante disso, situam-se as relações de trabalho. O trabalho é uma das necessidades humanas, fonte de riqueza e elemento constituinte do ser social. O trabalho é a condição *sine qua non* de toda a vida humana. Em até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem. (ENGELS, 2004).

O caráter da Educação do Campo é soberano, tanto para a elaboração de estratégias apropriadas para transformar as condições objetivas de reprodução social dos pequenos agricultores, como para consciência dos indivíduos chamados a materializar a criação de uma ordem social radicalmente diferente da que é imposta. A articulação entre Educação do Campo e a luta pela Reforma Agrária tem sido não somente apontada pelo MST, mas exercida em várias manifestações, ações e práticas em diversas ocasiões e lugares em todo território nacional.

Deste modo, a participação de cada pessoa no Movimento contribui para sua própria constituição enquanto sujeito histórico, onde as pessoas se transformam enquanto modificam a realidade. As clássicas escolas agrotécnicas preparam jovens para dar continuidade ao modelo agroexportador e servir às grandes corporações e às regras do agronegócio, de outro modo a Escola Agrícola 25 de Maio vem contrapondo-se a esse modelo sinistro de exploração do trabalhador rural.

Os resultados da pesquisa aqui relatados representam uma parcela das informações levantadas a campo, de um estudo que teve por premissa apresentar uma aproximação da diversidade de situações que se ocultam no espaço rural brasileiro. Insistentemente

procurou-se demonstrar o quão distintas podem ser as condições de existência social das famílias rurais, muitas das quais dependem, não apenas da generosidade dos frutos da terra e da boa vontade das condições climáticas, mas de um amplo leque de estratégias agrícolas.

Deste modo, o curso técnico profissional da Escola Agrícola 25 de Maio, capacita os jovens para atuarem como agentes de desenvolvimento, dinamizando a formação das redes sociais com uma rica troca de experiências e aceleração da superação das contradições e conflitos comuns à região de Santa Catarina, como um todo em suas especificidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTIERI, Miguel. *Agroecologia. Bases Científicas para una agricultura sustentable*. Montevideo: Nordan-Comunidad, 1999.

CHABOUSSOU, Francis. *Plantas Doentes pelo Uso de Agrotóxicos*. Porto Alegre: L&PM, 1980.

ENGELS, F. *Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem*. In: ANTUNES, R. (Org.). *A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

FREITAS, Helana C. *A Formação da Rede de Educação de Assentados da Reforma Agrária: o PRONERA*. (Artigo apresentado no VII Congresso Latino-Americano de Sociología Rural, 2006, Quito)

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Trabalho*. In: *Dicionário da Educação Profissional em Saúde*. RJ: EPSJV, 2006, p. 258 -2263.

_____. *Ensino Médio Integrado: concepção e contradições*. São Paulo: Ed. Cortez, 2005.

_____. *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

GUTERRES, Ivani. *Agroecologia Militante*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MÉSZÁROS, István. *A Educação para além do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2006.

MOHR, Matheus Fernando. *Agroecologia e Territorialidade do MST: Espacialização da Resistência e da Luta Social no Território da Escola Agrícola 25 De Maio*. UNB - Brasília, Monografia, 2005.

MOHR, Naira Estela Roesler. *Formação Para o Trabalho no Contexto do MST*, UFSC - Florianópolis, Dissertação, 2006.

MST, Dossiê MST Escola. Cadernos de Educação nº 13. Ed. Especial, 2005.

PEREIRA, Isabel Brasil. *Articulando Ética e Técnica: o MST e a Formação dos Trabalhadores da Saúde do Campo*. In: PINHEIRO, R ;MATTOS, R.. (Org.). *Cuidar do Cuidado: responsabilidade com a integralidade das ações de saúde*. Rio de Janeiro: IMS/UERJ; ABRASCO, 2008, v. 1, p. 231-250.

ROESLER, Verônica Luiza. *25 de Maio: Uma Proposta de Ensino Médio em Construção*. UERGS, Veranópolis, Monografia, 2006.

SANTOS, Milton . *A Natureza do Espaço*. São Paulo: Edusp, 1999.

VENDRAMINI, C. R. *Trabalho e cooperativas: os (des)caminhos no processo de formação humana*. (Org.). Educação em movimento na luta pela terra. Florianópolis: Núcleo de Publicações do CED/UFSC, 2002.